



Câmara Municipal de Bertoga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

INDICAÇÃO Nº 417 / 15

Protocolo:	<u>1604/15</u>		
Data:	<u>16/09/15</u>	Hora:	<u>08:36</u>
Ofício nº:	_____		
Aprovado na	<u>25^a</u> SO,		
realizada em	<u>15.09.15</u>		
<u>51</u>	adendo		
Presidente	_____		

LUIS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara

Assunto: Plano de Saúde Hospital Ana Costa
Ref: 007/2015

Bertioga, 15 de Setembro de 2015

Excelentíssimo Sr. Presidente,
Nobres Vereadores:

Dra. Elisabeth Dotti Consolo, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, fazer a seguinte Indicação:

Venho fazer a presente indicação direcionada para a Diretoria do Plano de Saúde Hospital Ana Costa; ocorre que frequentemente tenho sido procurada por vários pacientes alegando que os exames solicitados por profissionais que não constam no plano de saúde, não são autorizados! O paciente sofre por ter que passar com um médico que não é o seu de confiança e ainda corre o risco do seu exame não ser solicitado por desconhecimento do histórico do paciente ou simplesmente má vontade.

Após o contato com a ANS (**Agência Nacional de Saúde**) fomos orientados com a resolução normativa – RN n 338, de 21 de Outubro de 2013, que Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima



Câmara Municipal de Bertoga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999; fixa as diretrizes de atenção à saúde; revoga as Resoluções Normativas - RN nº 211, de 11 de janeiro de 2010, RN nº 262, de 1 de agosto de 2011, RN nº 281, de 19 de dezembro de 2011 e a RN nº 325, de 18 de abril de 2013; e dá outras providências.
E NESTA LEI DESTACO O ARTIGO TERCEIRO -

Art. 3º A atenção à saúde na saúde suplementar deverá observar os seguintes princípios:

- I - atenção multiprofissional;
- II - integralidade das ações respeitando a segmentação contratada;
- III - incorporação de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, bem como de estímulo ao parto normal;

E Complemento com o Artigo 4º:

Art. 4º Os procedimentos e eventos listados nesta Resolução Normativa e nos seus Anexos poderão ser executados por **qualquer profissional de saúde habilitado para a sua realização**, conforme legislação específica sobre profissões de saúde e regulamentação de seus respectivos conselhos profissionais, respeitando critérios de credenciamento, referenciamento, reembolso ou qualquer outro tipo de relação entre a operadora de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviço de saúde.

Diante disto, e do devido embasamento legal, e após varias e freqüentes queixas, venho fazer a presente indicação.
Observados os preceitos regimentais, esta é a Indicação que vai devidamente subscrita.


Dra. Elisabeth Dotti Consolo
Vereador

LUÍS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara

Ver. Antonio Rodrigues Filho
Vice-Presidente

Valéria Bento
Vereadora

Marcia Regina Braz Lira
Vereadora

ALFONSO DARI WEILAND
Vereador